

Lições de uma revolução

Pelo Dr. Abel Varzim, Assistente Geral da L. O. C.

Celebrou-se em França, com aparato oficial, o Centenário da Revolução de Fevereiro de 1848, que destronou Luís Filipe, derrubou a Monarquia e deu ao povo a ilusão de uma vitória fácil sobre a burguesia maçonzante e liberal de então.

Vale a pena uma referência aos acontecimentos, porque eles marcaram uma decisiva viragem na História Social e exerceram em todo o mundo uma influência difícil ainda de avaliar.

Com efeito, apesar de vencida a Revolução pela trágica repressão de fins de Junho (na qual morreram, nas barricadas de Paris, 1.600 militares e mais de 3.000 populares); apesar da aparente «definitiva» derrota das ideias socialistas ou comunistas pelas eleições de Dezembro seguinte, que levaram Bonaparte à Presidência da República pela esmagadora maioria de 74% dos votantes, o ano de 1848 marca o início decisivo da luta de classes, e a abertura do fosso que, dali por diante, haveria de separar, cada vez mais, a classe operária da Igreja.

Antecedentes da Revolução

Com a queda do regime corporativo e a descoberta do maquinismo, produziu-se na Inglaterra e, a seguir, em toda a Europa, uma autêntica revolução industrial sob o signo da mais absoluta livre-concorrência. O emprego sucessivo das máquinas lançou no desemprego enorme multidão de trabalhadores, dando origem ao nascimento de uma classe nova de miseráveis — o proleta-

riado. Os inquéritos feitos em Inglaterra e na França entre 1820 e 1830 dão-nos uma horrível imagem da situação: dias intermináveis de trabalho (14, 15 e 16 horas), emprego maciço de mulheres nas fábricas e minas, utilização de crianças desde os 4 anos de idade em número inacreditável nos trabalhos mais extenuantes, salários de verdadeira miséria, pauperismo impressionante, epidemias, desmoralização crescente, revoltas, etc.

Ao lado desta miséria, vieram enegrecer o ambiente social as duas grandes crises económicas de 1815-1818 (esta devida à especulação dos industriais) e de 1837-1843, que lançaram no desemprego centenas de milhar de trabalhadores, que se transformaram em pedintes e revoltosos.

Estas crises, sobretudo a primeira, provocaram uma forte reacção na opinião pública e deram a consciência a muitos escritores de que se punha uma questão social, com o aparecimento evidente de um antagonismo de classes.

Surge então, pela primeira vez, uma tentativa de movimento operário; que depressa toma certo vulto e se torna internacional pela adesão de muitos operários às sociedades secretas. São sobretudo atingidas a Alemanha, a Áustria, a Itália, a Polónia, onde estalam, pouco a pouco, desordens e motins, a Inglaterra e a França.

Por esta altura, os operários não tinham liberdade de organização — todas as associações operárias tinham sido proibidas por toda a parte, para não entravarem a liberdade

económica, o que os força a entrar nas sociedades secretas — nem qualquer interferência na vida nacional, pois o eleitorado era constituído apenas pelos contribuintes que pagassem maior contribuição. E não só os operários estavam excluídos do voto e, portanto, de qualquer influência política. O mesmo acontecia aos professores, oficiais, advogados, médicos, se não tivessem propriedades que atingissem o rendimento colectável exigido por lei.

Influenciados pelas doutrinas de liberdade da Revolução Francesa, crescia por toda a França a onda de descontentamento e progrediam as sociedades secretas e as ideias do comunismo igualitário. Luís Filipe e o seu Chefe do Governo, Guizot, teimavam, no entanto, em permanecer surdos às exigências da opinião. Além disso, «a decadência do regime tornava-se evidente aos olhos de todos e os escândalos de administração sucediam-se» (*Cahiers du travail*, Fevereiro de 1948).

Entretanto, alguns espíritos mais ousados chamavam a atenção para o incremento que iam tomando nas massas populares as ideias socialistas e comunistas. Tocqueville denunciava a situação em Janeiro de 1848, na Assembleia, num impressionante discurso de alerta à burguesia em que a acusava de alcinhar de comunista toda a tentativa de reforma por mais cristã que fôsse.

Já em 1847 a agitação começara acesa. Louis Blanc, Lamartine, Proudhon e outros republicanos e socialistas reclamam a reforma político-social, e o sufrágio universal.

A Lamartine, a burguesia respondia com o costumado encolher de ombros de uma arrogante cegueira: «*é um poeta, anda nas névens*». Vitor Hugo respondia contudo: «*a tempestade, essa também anda nas névens*».

Ao mesmo tempo, alguns espíritos cristãos e católicos começaram a reagir. Buchez, antigo agitador, depois saintsimonista e finalmente convertido ao catolicismo, funda o seu jornal «*L'Atelier*» e nele defende o espiritualismo e a religião, afirmando que o Evangelho será o ponto de partida do mundo moderno. Mas como defende uma série de reformas sociais, é tido como comunista. Foi ele, Buchez, quem fundou em 1832 as primeiras cooperativas de produção, e deu origem, com o seu «*L'Atelier*», aos movimentos sociais de cristãos.

Na Alemanha, Ketteler, bispo de Mogúncia, acusava, do alto do púlpito de S. Paulo, a burguesia de então: «*se o povo se entrega a violências, é porque vós o prevertestes*». O mesmo Bispo, a quem Leão XIII chamava «o seu precursor», delineava, nos sermões da catedral, toda uma série de reformas exigidas pela justiça social. Mas não era ouvido...

Pouco depois surgia na Alemanha (Janeiro de 1848) Karl-Marx com o seu célebre *Manifesto do Partido comunista*, «catecismo» e «breviário» do comunismo militante.

Pois, apesar desta agitação material e intelectual, «o regime permanecia absolutamente estranho a toda esta efervescência, não a tomando a sério, como se não impressionava demasiadamente com as reacções populares provocadas pelo desemprego que precedeu 1848 nem com a crise alimentar do inverno de 1847». (*Cahiers du travail*, Fevereiro de 1848).

A Revolução

A 22 de Fevereiro, deveria realizar-se um banquete dos chefes republicanos. Proibido pelo Governo, a agitação começa. À noite levantam-se barricadas. A Guarda Nacional dispersa os manifestantes. Apesar de algumas escaramuças e desordens, a agitação parece definitivamente arrumada. Luís Filipe — teimoso em não ceder — diz aos conselheiros que lhe falam em concessões necessárias: «Então! vós dizeis que estávamos sobre um vulcão. Que famoso vulcão o vosso! Isto não passou de uma marcha de ingénuos». Turgot garantia igualmente que nada havia a temer.

Contudo, durante a noite, produzem-se incidentes. No dia seguinte, o Governo convoca a Guarda Nacional. É ela mesmo que se revolta. Esta convocação foi a causa da queda do regime, porque a agitação toma tudo e todos. Luís Filipe, impressionado, demite o Governo. A Assembleia reage.

Na noite de 23, produzem-se manifestações populares. Partem tiros, e os soldados respondem com uma descarga que mata 16 manifestantes. Estes passeiam os cadáveres pela cidade, incitando à revolta. Na manhã de 24, Paris inteira está em armas. Assaltam-se os quartéis. O novo Governo já não tem força para manter a situação. As tropas desanimam e recuam.

Luis Filipe toma agora as coisas a sério, mas é tarde de mais. Thiers tenta em vão formar um governo. Girardin apresenta então ao Rei um papel para ele assinar. Era a abdicação. Luis Filipe abdica no seu neto de 10 anos, o Conde de Paris.

Mas a multidão incontrolada e incontida, assalta as Cortes. A duquesa de Orleans, que ali se apresentara com os seus dois filhos, teve de fugir. Na Assembleia, um republicano reclama um Governo provisório. Desorientados, ninguém sabe o que fazer. A multidão, inflamada, canta a Marselhesa e proclama a República. E ficou proclamada!

A Revolução triunfante

Constituído o Governo provisório com os homens da propaganda republicana, sucede-se um período de louco entusiasmo. Até a própria burguesia toma parte na «alegria» do povo. Muitas das reivindicações políticas são satisfeitas.

Mas as dificuldades nem por isso se resolveram. Estava-se ainda em plena crise económica e o desemprego alastrava assustadoramente.

O Governo, na intenção de dar trabalho aos operários, funda os *ateliers nationaux*, que não têm nada que ver, diga-se por justiça, com os «ateliers sociais» preconizados por Louis Blanc.

Os «ateliers» tiveram por finalidade dar trabalho aos operários desempregados, em plantações de árvores e terraplanagens exigidas pelo alargamento da cidade. Haveria nisso trabalho para um escasso milhar de homens. Mas, por causa do desemprego e também pelo atractivo de um salário certo, começaram a afluir da província dezenas de milhares de operários. Eram mais de 100.000, em fins de Abril, chegados de toda a parte!

Como não havia que dar de fazer a toda esta gente, a opinião pública começou a impressionar-se. Os dinheiros dos cofres do Estado iam-se consumindo inútilmente. E os operários sem ocupação foram-se juntando em grupos revolucionários e ameaçadores. A situação complica-se e torna-se perigosa. Duas soluções se apresentavam: ou organizar trabalhos públicos na província para onde fossem encaminhados os operários, ou encerrar imediatamente os «ateliers».

Trélat, ministro dos trabalhos públicos, consegue que a Assembleia aprove o seu plano: construção do caminho de ferro de Tours a Nantes; abertura de canais, trabalhos na embocadura do Marne, etc., obras estas capazes de absorver os 200.000 operários quase inactivos dos «ateliers» e de dar ocupação a muitos milhares de operários que vagueavam pela província a mendigar.

Trélat, que já tinha em formação equipas de voluntários, vai pedir um crédito de duzentos milhões para o seu plano, quando Falloux, católico de renome, se opõe terminantemente!

Encarregado pela Assembleia de elaborar um relatório sobre a questão, propõe o encerramento puro e simples dos «ateliers». Esta atitude impressiona muitos espíritos que receiam um levantamento geral. Mas era esse levantamento que Falloux desejava, fazendo nisto o jogo da burguesia que ansiava por... liquidar a questão (ver numerosos testemunhos e documentos em *Vie Intellectuelle*, Janeiro de 1948).

Falloux, conseguido o seu intento de inutilizar os esforços de Trélat; movimenta outras influências em seu apoio. Montalembert, outro católico eminente, vai apoiá-lo na tribuna da Assembleia Nacional, tomando a defesa da propriedade privada, dos interesses «sagrados» (*sic*) dos industriais, e da riqueza ganha à custa de tanto esforço e canseiras...

A opinião estava preparada. A agitação crescente era excelente oportunidade. Era preciso agir rapidamente.

No dia seguinte sai um decreto obrigando os operários de 18 a 25 anos a inscreverem-se no exército, e os restantes a regressar imediatamente à província...

A cartada estava jogada.

«No momento decisivo, Montalembert e Falloux repartiram entre si a tarefa, porque tinha soado a hora... Enquanto que Montalembert recebeu a missão de unir as «pessoas de bem» contra a Comissão Executiva e contra a República, procurando movimentar, pelo prestígio do seu nome todos os católicos do país, o outro (Falloux) assegurará que a operação dê os devidos resultados e que o povo se revolte» (*La Vie Intellectuelle, idem*). Como previra, assim aconteceu. Grandes letrados circulam em Paris e são colocados

nos «ateliers»: «Trabalho ou pão», dizem uns; «pão ou chumbo», dizem outros.

Levantam-se barricadas. Cavaignac, Ministro da Guerra, prepara o ataque. A luta foi terrível. Iniciada no dia 24, terminava na manhã de 26, em que Cavaignac faz publicar o seu comunicado: «a ordem triunfou da anarquia».

A 2.^a República terminou, no sangue e no desalento.

Consequências da Revolução

O operariado safu da aventura mortificado, desanimado, desamparado, privado dos seus chefes e militantes,

Mas hoje verifica-se — e todos são unânimes em afirmar — que esta revolução teve consequências in calculáveis:

a) — Foram abatidos definitivamente muitos dos privilégios antigos, hoje impossíveis.

b) — Começou a esboçar-se uma legislação social que depois se foi alargando de cada vez mais.

c) — As ideias que presidiram à revolução não foram derrotadas: associação operária, direito ao trabalho, sindicalismo, etc.

d) — O sufrágio universal triunfou.

e) — Ressentimento pelos sofrimentos a que o operariado foi sujeito por vingança da burguesia. Este ressentimento criou entre ambas as classes uma inimizade que preparou o caminho ao comunismo e explica a expansão extraordinária que teve mais tarde o marxismo.

f) — «Estas decepções e sofrimentos estão igualmente na base do fosso que separará de futuro os trabalhadores da Igreja. Personalidades católicas, como Falloux e Montalembert têm uma grande responsabilidade neste facto... Não foi, com efeito, Falloux o realizador mais activo... das repressões dos dias de Junho?»

«Este católico, queira ou não, é responsável em grande parte de que, de futuro, aos olhos dos trabalhadores, a Igreja apareça como ligada ao egoísmo dos ricos» (*Cahiers du travail* (edições jôcistas), fev. de 1948).

E isto apesar de o Arcebispo de Paris, Mgr. Affre, ter sido morto com um tiro, quando pretendia falar ao povo, num desejo de pacificação e justiça.

Conclusão

A Justiça é um sentimento profundo da Humanidade, e é à volta deste sentimento que se agrupam as ideias do mal para ganhar adeptos.

As desordens e as revoluções podem ser dominadas, que nem por isso as ideias deixam de triunfar, se andarem apoiadas em qualquer sentimento de justiça. A revolução de 1848 foi, afinal, embora afogada em sangue, a causa da expansão impressionante do comunismo. E isto precisamente porque os católicos repousaram sobre o triunfo de Cavaignac nas barricadas de Paris. Era essa aliás a opinião geral das pessoas «sensatas» e bem pensantes: «Falar dele (o socialismo) é quase pronunciar uma oração fúnebre... O esforço esgotou-se; a fonte secou. Se o espírito de vertigem há-de tomar de novo a dianteira, terá de ser sob outra forma e com outras ilusões» (*Reyband, Dict. d'économie politique*, cit. por *Gide e Rist* em *Histoire des doctrines économiques*).

Foi por causa da cegueira de católicos responsáveis que provocaram a revolta para a inutilizar pela repressão sangrenta, em vez de procurar a solução pacífica que o caso requeria, que se abriu a porta ao ateísmo das massas, prontas agora a todas as violências do comunismo.

Cristo não ensinou assim. Os exemplos da Sua Paixão, a clareza da Sua lei de fraternidade e de amor, o Seu clamor de Justiça aconselhariam os católicos a seguir, como até então, o modelo divino: «vinde a mim todos os que sofreis e estais sobrecarregados que Eu vos aliviarei».

Mas envenenados pelo individualismo, e encantados pelos triunfos do liberalismo económico, confundiram a ordem existente com a ordem cristã, o regime de propriedade absoluta com a disciplina social e, por isso, não só acharam legítimo, como cristão, desinteressar-se da sorte dos humildes, contra toda a tradição católica de 17 séculos de defesa intemerata dos pobres e oprimidos.

Esta traição aos princípios do Evangelho e à tradição cristã ainda bem recente na própria França, onde os Bispos organizavam, eles mesmos, os «ateliers» de trabalho, montavam nos seus paços o seguro diocesano contra os incêndios, as saraivadas, as doenças

DOCUMENTAÇÃO

A situação jurídica actual da Acção Católica

Que possibilidade haverá de que a Acção Católica venha a ser a pessoa «a jure»?

Os canonistas e as pessoas «a jure»

Entramos nesta parte com certo temor de ser demasiado atrevidos em nossas previsões, mas ao mesmo tempo confiados, porque caminharemos amparados pelos testemunhos dos tratadistas e pelas palavras dos Pontífices.

O DR. BLANCO NAJERA, nos artigos anteriormente citados, punha a seguinte questão: «*Todas as pessoas distintas da Igreja e da Santa Sé têm de ser criadas pela Igreja, e esta criação pode ser de dois modos: 1) «ipso facto», isto é, «a jure», por exemplo, o Sacro Colégio Cardenalício, as Ordens e Congregações religiosas, a Cúria Diocesana, os Cabidos, as paróquias, etc., e 2) por decreto, isto é, por um acto especial da autoridade que as eleva à dignidade de pessoas morais. Por qual destes modos obtém personalidade a Acção Católica? Não pelo primeiro, pois não existe documentação que o confirme. Os documentos sobre Acção Católica não são documentos jurídicos.*»

Nesta última afirmação implicitamente julgamos

ver o que vamos demonstrar: «A Acção Católica, no dia em que fôr incluída no Direito ou aparecer um decreto-lei da Santa Sé que concretise a sua posição jurídica, será pessoa jurídica «a jure», com o que, segundo afirmamos na segunda parte deste artigo, não necessitaria já do decreto de erecção, pois que o próprio facto de a criar na Paróquia, na Diocese, na Nação, no Orbe cristão, traria consigo a obtenção da personalidade.»

Podemos agora compreender perfeitamente as três opiniões aduzidas nos artigos anteriores; a do DR. PÉREZ MIER, que de modo nenhum queria diminuir, um ápice que fosse, a posição prevalente da Acção Católica, e para isso, estribava-se na situação privilegiada de «facto social», receando que ao exigi-la outro, que não fosse o Papa, a equiparasse com alguma das Associações existentes; e a opinião do DR. IRIBARREN que, para fugir às dificuldades observadas pelos canonistas na concessão à A. C. da personalidade jurídica, a fundamentava no mandato.

E, certamente, este mandato pelo facto de a Acção Católica ter a participação no exercício ou actividades

e desastres de trabalho e outros, antecedendo assim de século e meio os seguros sociais, foi a origem do tormento por que hoje passamos.

Pode bem dizer-se que a Revolução de 1848 só agora se está a decidir.

Continuaremos a ser católicos à Falloux, cegos como ele que fiam nas armas para abafar o «grito que vem do abismo e que no mundo de um Deus justo clama por justiça e espírito de fraternidade? Seria um silêncio culpável e injustificável diante de Deus, e contrário ao sentimento iluminado do Após-

tolo, o qual, se inculca que é necessário ser resolutivo contra o erro, sabe também que é necessário ter consideração pelos que erram e coração aberto para ouvir as suas aspirações, esperanças e motivos» (Pio XII, Mensagem do Natal de 1942).

Bibliografia: Hippolyte Castille: Histoire de la Seconde République Française; Gide e Rist: Histoire des Doctrines économiques; Dictionnaire de sociologie, na palavra «ateliers nationaux»; Les Cahiers du travail, Fevereiro de 1948; La Vie Intellectuelle, Janeiro de 1948.